

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO PARA ANÁLISE  
DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Anieli Sandaniel  
Universidade Estadual de Londrina  
[aniele.sandaniel@hotmail.com](mailto:aniele.sandaniel@hotmail.com)  
Lorena Mariane Santos Rissi  
Universidade Estadual de Londrina  
[lorenapeduel@gmail.com](mailto:lorenapeduel@gmail.com)  
Maria José Ferreira Ruiz  
Universidade Estadual de Londrina  
[mjfruiz@gmail.com](mailto:mjfruiz@gmail.com)  
Eixo 8: Educação e Política

**Resumo**

O presente texto aborda aspectos referentes à análise das políticas educacionais, por meio do método materialista histórico dialético, levando em consideração o contexto histórico político e econômico da sociedade capitalista, pois, é nela que as políticas educacionais são elaboradas, interpretadas e implementadas pelos vários sujeitos que dela fazem parte. O objetivo do estudo é discutir como as categorias contradição, totalidade e hegemonia, do método materialista histórico dialético, podem contribuir na análise e compreensão dos documentos de políticas educacionais. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Conclui que é importante compreender a totalidade e as contradições que permeiam os documentos de políticas educacionais que estão impregnados das concepções defendidas pela classe hegemônica burguesa para, assim, descortinar as mazelas sociais que existem na realidade concreta e, para termos condições de atuar de forma esclarecida e propositiva no movimento de elaboração das políticas educacionais, se unindo às entidades coletivas que atuam na resistência do desmonte da educação pública e gratuita.

**Palavras-chave:** Método Materialismo Histórico Dialético; Documentos de Políticas; Políticas Educacionais.

**Introdução**

O texto tem como premissa explicar sobre a importância da análise das políticas educacionais, tendo como referência o método materialismo histórico dialético, uma vez que, estas políticas ocorrem em uma realidade que possui como peculiaridade o velamento dos determinantes sociais, históricos e econômicos, que contribuem para a desigualdade social.

Dessa forma, de acordo com Arretche (2001), quando decidimos analisar documentos, devemos buscar compreender os propósitos e objetivos dos seus formuladores, o contexto que vivem quando propõem tal documento, para qual

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

tipo de sociedade o escrevem, dentre outros fatores. Isso porque, estes elementos expressam as intencionalidades e preferências dos grupos que os formulam, e se desconsiderarmos a conjuntura social, é muito provável que as análises apresentem lacunas ou interpretação falhas e ingênuas.

Nesse sentido, o estudo foi desenvolvido com base nos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico dialético, levando em consideração três categorias deste método, a saber: totalidade, contradição e hegemonia (CURY, 1985). Partindo deste pressuposto, este estudo é de cunho qualitativo e utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, realizada a fim de recuperar as informações e conhecimentos que permitiram delinear melhor o objeto e problemáticas de estudo.

Considerando esses aspectos, a problemática que direciona o texto é: De qual forma o método materialista histórico dialético auxilia na compreensão dos documentos de políticas educacionais? A partir da problemática proposta o estudo tem por objetivo discutir como as categorias contradição, totalidade e hegemonia, podem contribuir na compreensão dos documentos de políticas educacionais. O texto segue abordando estas três categorias, tendo por base autores como, Cury (1985), Netto (2011), Poulantzas (1978), Marx e Engels (2005), Freitas (2018), Evangelista (2009), entre outros.

**Políticas educacionais: uma análise a partir das categorias, totalidade, contradição e hegemonia**

A análise das políticas educacionais com vistas a contemplar as suas conexões mais íntimas com os demais fenômenos sociais, requer que a consideremos como parte de uma realidade histórica e dialética, cuja contradição é peculiar ao tipo de organização produtiva estabelecida pelos homens.

Logo, tratar de políticas educacionais pressupõe situá-las em um contexto mais amplo, em uma sociedade regulada pelo modo de produção capitalista, que tem como especificidade a divisão em classes sociais e a propriedade dos meios de produção material, por uma determinada classe em detrimento da classe trabalhadora. Entende-se que a classe que detém os meios de produção material é também possuidora dos meios de produção espiritual (MARX; ENGELS, 2005), pois,

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

produzem ideias, difundindo-as por meio de seus aparatos midiáticos e institucionais, a fim de se manterem como classe dominante.

Nesse sentido, objetivando tornar coesas e universais as suas ideias, crenças e valores, esta classe busca materializa-las por meio de inúmeros mecanismos existentes na sociedade, dentre eles, o das políticas públicas, tendo grande incidência naquelas voltadas para a área da educação. Conforme Poulantzas (1978, p.26), os aparelhos do Estado “têm como principal papel a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que concentra e consagra a dominação, e a reprodução, assim, das relações sociais, isto é, das relações de classe”. Entretanto, as relações de reprodução dos valores que mantêm a classe dominante no poder, não ocorrem sem confrontos, mas, num cenário de lutas entre as classes em oposição.

Diante disso, conforme Marx e Engels (2005, p. 60), a contradição entre o interesse coletivo e individual, culminado mediante a divisão do trabalho, impulsionou o surgimento do Estado Moderno, que se apresenta como “independente, distinto dos reais interesses particulares e gerais”. Todavia, os autores reiteram que este Estado, na verdade, serve para tornar universais os interesses de uma determinada classe, uma vez que, essa classe garante sua propriedade e seus interesses por meio do Estado, “daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real”. (MARX; ENGELS, 2005, p.98).

Desse modo, a educação escolar, organizada a partir da concepção de Estado subjacente, apresenta-se em consonância com a elaboração e disseminação de conhecimentos, valores e leis que fundamentam determinadas concepções ideológicas a serviço de uma classe. Neste sentido, a expressão desses interesses é concretizada mediante a elaboração de documentos, cujo objetivo é nortear as políticas educacionais.

Os documentos de políticas são resultado da história que é construída pela humanidade em uma sociedade concreta e real, na qual estão inseridos. Dessa forma, ao serem analisados, devem ser levados em consideração os aspectos políticos, históricos, econômicos e sociais que os permeiam, ou seja, a totalidade da conjuntura de construção destes documentos. (SUBTIL, 2016; EVANGELISTA, 2009).

Essa totalidade não é permeada apenas por questões nacionais, mas, também internacionais, por meio dos Organismos Internacionais, como por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que ganharam notoriedade

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

mediante a promoção do evento denominado Consenso de Washington (1989), que visava direcionar as políticas econômicas e sociais dos países de capitalismo periférico. Esses Organismos veiculam a ideologia neoliberal, atrelada à classe dominante, como norteadora da conduta dos países subdesenvolvidos (BATISTA, 1994). Propagam-se diretrizes que culpabilizam o Estado pelo excesso de gasto e má gestão das políticas sociais e disseminam a ideia principal de estabelecer parcerias com as entidades privadas como resolução dos males que assolam esses países.

Além disso, esses Organismos controlam as regras a serem inseridas nos documentos e seguidas pelos países destinatários, por meio de seus financiamentos. Exemplo dessas regras são o incentivo à meritocracia e, ainda, a tendência a resumir o conhecimento científico, qualitativamente construído ao longo da história, a meros resultados quantitativos medidos por testes, esvaziando assim o conteúdo e sentido dos documentos que dão respaldo à educação, e conseqüentemente, esvaziando o currículo escolar e enfraquecendo os processos de ensino e aprendizagem. Para isso, utilizam como justificativa o argumento de que com essas atitudes o Brasil irá crescer e alcançar o nível de desenvolvimento dos países de capitalismo avançado, como os Estados Unidos e os países do bloco Europeu. (FREITAS, 2018; MARTINS, 2009).

Nesse sentido, ao buscarmos compreender esta totalidade que permeia os documentos, devemos levar em consideração que a mesma é um todo complexo, que é formado por partes, cada parte traz em si sua singularidade e também sua totalidade, essas partes se relacionam de forma dialética, contraditória e recíproca, e ao mesmo tempo se complementam e se modificam constantemente (CURY, 1985; NETTO, 2011; SUBTIL, 2016).

Dessa forma, para conseguirmos compreender o todo precisamos compreender essas partes que o compõem e suas transformações, sempre lembrando que esse processo não é harmonioso e acontece dentro de um contexto histórico contraditório. (CURY, 1985; NETTO, 2011). Porém, ao buscarmos compreender a totalidade que envolve os documentos, não vamos dar conta de todos os aspectos que os permeiam, mas, do maior número possível de relações que o determinam. Nas palavras de Subtil (2016, p. 158):

[...] captar uma política em sua totalidade [...] é problematizar o conjunto amplo de relações e particularidades, considerando sempre

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

o caráter transitório dessas relações. É um ordenamento legal que remete à totalidade relativa de um dado momento histórico [...]. Isso supõe a compreensão da política educacional na relação entre universalidade (sociedade capitalista, Estado e luta de classes), particularidade (a *mediação* do contexto histórico, das instâncias governamentais) e singularidade (a política em questão, em sua especificidade, face a outras).

Estas relações contraditórias da totalidade estão inseridas na sociabilidade neoliberal do modo de produção capitalista, em sua fase financeira, que envolve lutas de interesses divergentes entre as classes sociais antagônicas. Nesse sentido, o pesquisador deve buscar compreender esses elementos que permeiam seu objeto de análise, no caso os documentos de políticas educacionais, e ter como finalidade negar uma visão isolada do conhecimento e uma visão a curto prazo, para assim, conseguir compreender as reais intenções destes. (SUBTIL, 2016; EVANGELISTA, 2009).

Dessa forma, tais ideologias disseminadas em sociedade, normalmente, são as da classe dominante (que engloba os Organismos Internacionais, grandes empresários nacionais e internacionais, entre outros). Esta classe tem objetivos específicos que visam beneficiar a manutenção do *status quo* e a permanente retirada de direitos dos trabalhadores, tentando assim, tornar seus interesses particulares em interesses gerais. Ou seja, esse discurso ideológico de classe tem o papel de “[...] mascarar os conflitos, diferenças e contradições, de modo a assegurar que a desigualdade, fruto da exploração econômica e política, seja percebida como natural e imanente à condição humana”. (SUBTIL, 2016, p. 159).

Esse discurso se revela nas políticas educacionais por meio de palavras que ludibriam, e que têm significados liberais mascarados por perspectivas progressistas, como por exemplo: “[...] educação para todos, educação para o trabalho, emancipação, socialização dos conhecimentos, justiça social, etc. [...]”. (SUBTIL, 2016, p. 159).

Nesse sentido, esses conceitos são emitidos em tais espaços, que envolvem as ideias defendidas pelos Organismos Internacionais e são aderidos pelo Estado brasileiro. Ao analisá-los apenas a partir da sua aparência, sem estabelecer conexão com o cenário de lutas pela imposição de interesses diferentes, ou seja, sem buscar compreender realmente qual sua essência, corre-se o risco de que suas ideias sejam acatadas, sem a percepção de que, em verdade, convergem para a privação

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

do sujeito à educação pública de qualidade. Exemplificando, quando analisamos a educação dentro da totalidade contraditória, percebe-se que ao mesmo tempo que esses Organismos defendem a bandeira da educação para todos, induzem os países de capitalismo periférico a cortar despesas com as políticas sociais em prol dos acordos de *superávit* primários que são utilizados para pagamento de juros da dívida externa. (MELO; FALLEIROS, 2005).

A concepção que se camufla por trás dessas palavras defende um Estado mínimo para as políticas sociais e uma sociedade que realize a função deste, na oferta de serviços sociais, mediante doações, filantropias e voluntariado. Assim, os próprios documentos que visam garantir os direitos sociais, encobrem que para efetivar as letras da lei é necessário, entre muitas coisas, valorização profissional e, sobretudo, investimentos adequados em educação.

Nesse sentido, com os estudos de Gramsci (1966), pode-se complementar essa afirmação, de que as palavras estão repletas de significados e sujeitas a múltiplas interpretações. A linguagem é permeada pelas concepções de mundo na qual é originária, traz em si contradições e finalidades, isto é, sempre tem intencionalidade e está em concomitância com a consciência humana de quem, ou do grupo que a escreveu. Além disso, de acordo com Evangelista (2009, p. 2),

[...] oprimidos e opressores, dominantes e dominados podem utilizar palavras cujo significado dicionarizado, formal, seja comum. Entretanto, as marcas de sua posição social e de suas possibilidades de apropriação de bens culturais são indelévels tanto na atribuição de sentidos à linguagem quanto na sua supressão [...].

Desse modo, essas diferenças na forma de ver e viver em sociedade, que são configuradas de acordo com a classe social da qual se faz parte, refletem nas formas de ler, escrever e compreender os documentos. Sendo assim, ao longo da história essas visões antagônicas de sociedade, vão se tornando hegemônicas e contra-hegemônicas, movimentos de resistência e aceitação.

Reafirmamos assim, que compreender as contradições existentes em sociedade nos ajuda a entender as determinações e relações interpessoais que existem entre os indivíduos em sociedade, as quais estão permeadas por divergências, porém, tem relações dialéticas entre si, de interdependência e complementaridade. (CURY, 1985; NETTO, 2011; SUBTIL, 2016). Isso porque, não existe realidade sem contradição, principalmente quando se trata de uma sociedade

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

capitalista dividida em classes sociais antagônicas, pois, ela é o elemento que move, que impulsiona o movimento social e suas transformações. (CURY, 1985).

Dessa forma, quando buscamos compreender os documentos, não podemos ignorar a contradição, pois, o ato de ignorá-la nos leva a deixar de compreender o movimento que existe na totalidade e passamos a ter uma visão unilateral dos fatos reais, caminhando rumo ao conservadorismo (CURY, 1985), e uma compreensão restrita dos documentos, não conseguindo observar o que está nas suas entrelinhas.

Todavia, os elementos que compõe os documentos, não só os referentes à educação, mas no geral, enquanto elementos resultados de uma prática histórico-social, nascem dessas bases contraditórias da sociedade capitalista. (CURY, 1985; SUBTIL, 2016).

Esse velamento dos interesses particulares da classe dominante concretizados nos documentos voltados para a educação, que visam a manutenção da sua posição social, ocorre quando sua concepção de mundo assume a forma de interesses da sociedade em geral, ou seja, por meio da hegemonização de valores e princípios que permitem a exploração. Em outras palavras, essa classe além de utilizar mecanismos de coerção social, dissemina discursos aparentemente neutro, universal e igualitário a fim de obter consenso em torno do seu projeto visando a conservação das relações de produção. (CURY, 1985).

Para isso a classe dominante e dirigente sob o *slogan* de educação para todos, produz diretrizes, selecionam conteúdos e ditam a maneira de aplicá-los a fim de formar determinadas subjetividades nos trabalhadores, que os tornem passivos, diminuindo assim a possibilidade de se apropriarem de conhecimentos científicos que lhes ajudem a compreender a realidade, a fim de transformá-la.

Assim sendo, essa classe por meio do consentimento dos trabalhadores, tenta tornar o seu projeto societário hegemônico, uma vez que falseia e oculta o movimento contraditório da realidade mediante a representação das relações de produção como independentes e naturalizadas em relação ao sujeito. Características essas possibilitadas através do modo de produção capitalista em que as produções humanas tornam-se alheias ao seu produtor. (KOSIK, 1976).

Nesse ínterim, as estratégias burguesas para coesão vêm se transformando em decorrência do contexto de implementação do seu projeto de sociabilidade. Por isso, para analisar as políticas educacionais deve-se conhecer os

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

mecanismos de hegemonização da classe dominante em um determinado tempo histórico, principalmente a partir da década de 1990, pois, conforme apontado por Neves (2004, *apud*, EVANGELISTA, 2009, p.3), a partir do século XX o Brasil vêm “sendo palco de um conjunto de reformas na educação escolar que buscam adaptar a escola aos objetivos mundial e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista”, perspectiva está, ainda muito presente nos dias atuais.

Dessa forma, passa a acontecer a intensificação da divulgação de discursos rumo à financeirização da educação sob a falsa concepção de universalidade e qualidade para tornar essas ideias aceitas pela sociedade. Sendo assim, a compreensão das políticas educacionais requer a análise das relações políticas vinculadas com as relações econômicas, produzidas no cenário capitalista, tendo em vista a busca insaciável do capital em pregar campos que o possibilita acumular riquezas e manter sua sobrevivência.

## **Conclusão**

Diante do exposto, entende-se que, quando acontece a execução dos documentos de políticas pelos agentes sociais, muitas vezes, existe uma divergência com o que foi objetivado pelos seus formuladores, ou seja, nem sempre é concretizado o que e como está posto nos documentos, pois, quem formula, o elabora pensando na consolidação do mesmo de uma maneira e as pessoas que o concretizam, o interpretam de outra forma, colocando-o em prática de acordo com as suas necessidades e possibilidades financeiras, sociais e históricas. (ARRETCHE, 2001).

Além do mais, a compreensão das políticas educacionais não se limita em analisar apenas os documentos em questão, mas conhecer o cenário em que são projetados e implementados, tendo em vista que os documentos trazem consigo conflitos entre interesses antagônicos a respeito do papel da educação para a sociedade.

Sendo assim, é necessário compreender a totalidade e as contradições que permeiam as políticas educacionais, que estão impregnadas de conceitos ideológicos da classe hegemônica da sociedade, para assim, descortinar as mazelas sociais que existem na realidade concreta, e só então, conseguir compreender a essência das políticas educacionais, isto é, quais são as reais



**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

intenções da letra da lei e suas possíveis consequências para o meio social, tendo em vista, termos condições de atuar de forma esclarecida e propositiva no movimento de elaboração destas políticas, se unindo às entidades coletivas que atuam na resistência do desmonte da educação pública e gratuita.

## **REFERÊNCIAS**

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roco Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-56.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Colóquio A Pesquisa Em Trabalho, Educação E Políticas Educacionais, 1., 2009, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/211971320/texto-Olinda-PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 4.ed.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009. 268 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach - a oposição entre as cosmovisões materialista e idealista. 1.ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 148 p.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. **Reforma da aparelhagem estatal**: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.p. 175-192.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 11- 38.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 153-162, dez. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16439>>. Acesso em: 15 ago. 2019.